



Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica

*José Cláudio Souza Alves**

Resumo - Neste artigo, analisam-se as raízes históricas das elevadas estatísticas de mortes, a trajetória política de matadores e as mudanças no campo religioso, sobretudo nas relações entre as chamadas Comunidades Eclesiais de Base, o movimento de renovação católica e o pentecostal, na região da Baixada Fluminense, localizada a oeste da cidade do Rio de Janeiro. Propõem-se, aqui, concepções teóricas e metodológicas que permitam articular micro e macroanálises. O eixo central é interpretar a relação entre religiões, traficantes de drogas e poder político local - Estado inclusive - como uma conformação de um modelo de dominação por meio do qual legal e ilegal, violência e clientelismo, explícito e tácito articulam-se de forma original, a partir de construções históricas determinadas. A vinculação dos grupos religiosos com esse esquema também influenciará a configuração do campo religioso, sobretudo no crescimento ou nas dificuldades de cada igreja ou grupo religioso.

Palavras-chave: Baixada Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil); violência; religião.

Introdução

Este trabalho expressa a relação entre dois projetos de estudo realizados. O primeiro iniciou-se em 1988 e resultou na dissertação de mestrado, defendida em 1991. Trata-se de um estudo sobre as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, tendo como campo de observação uma das paróquias existentes na Baixada Fluminense. O segundo aprofundou a análise da Baixada Fluminense a partir da discussão sobre a violência existente na região, especificamente os homicídios, e sua vinculação às estruturas de poder

local, projeto que resultou na tese de doutorado defendida em 1998.

Desse modo, a primeira parte do texto é dedicada à análise da violência na Baixada Fluminense, em uma perspectiva histórica, que politiza o debate e permite compreender as especificidades da realidade social abordada. A segunda parte é dedicada à reflexão sobre o campo religioso, a partir das mudanças que vem sofrendo nos últimos anos. Corresponde a uma retomada de questões levantadas no início da década de 1990, reelaboradas a partir da dinâ-

* Doutor em Sociologia e Professor da UFRRJ. E-mail: jclaudioalves@uol.com.br

mica própria do mundo religioso e das características da região. Na terceira parte, como conclusão, propõe-se uma articulação de concepções e análises que emergiram das partes anteriores e que resultam numa abordagem alternativa tanto da religião como da violência, formulada a partir do caso: Baixada Fluminense.

Violência e política numa região

A Baixada Fluminense¹, formada por oito municípios, com quase três milhões de habitantes, faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina. Nela configura-se uma realidade socioespacial onde se condensam as mais dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira. Além da proximidade geográfica e do grau de urbanização, as cidades que compõem a região possuem uma formação histórica, espacial e social marcada por um padrão comum de segregação da classe trabalhadora, original pela extrema violência expressa na média de aproximadamente dois mil assassinatos por ano, ou 74 homicídios por 100 mil habitantes (Alves, 1998)². No *ranking* das 100 mais violentas cidades do país, cuja taxa média de homicídios, em 1997, era de 25,4 por 100 mil habitantes, Duque de Caxias aparece em 14º lugar, com 76,6; Belford Roxo em 19º, com 73,1; São João de Meriti em 22º, com 72,4; Nilópolis em 24º, com 70,5; Queimados em 26º, com 69,4; Japeri em 37º, com 61,8 e Nova Iguaçu em 38º, com 61,2 (Toledo, 1999).

Sobreposto a este “campo de extermínio”, desenha-se um projeto de reincorporação urbana calcado em investimentos estatais e privados sedentos pela massa de consumidores, pela mão-de-obra barata e pelos eleitores. O recente *boom* da construção de *shopping centers* e condomínios, o projeto de transformação do Porto de Sepetiba em porto internacional, a duplicação da Refinaria de Petróleo de Duque de Caixas (Reduc), a criação do pólo de gás químico e os projetos para a construção do International Business Park, no entroncamento da Linha Vermelha e da Washington Luís, duas das principais rodovias que cortam a região, são alguns dos exemplos da justaposição da riqueza e da miséria; do avanço tecnológico e da barbárie; de áreas gentrificadas e favelas.

É no nível político, entretanto, que se estabelecem as maiores ambigüidades dessa realidade em que se insere a Baixada. A trajetória política de vários membros de grupos de extermínio, eleitos a partir da notoriedade adquirida como matadores, dá toda a dimensão da tragédia das milhares de pessoas cuja única referência de segurança pública foi dada pela atuação dos esquadrões da morte, pelo controle exercido recentemente por traficantes e pela atuação comprometida do aparelho judiciário, que, em 92,23% dos casos de homicídios, não consegue identificar a autoria dos crimes nem constituir processos (Moreira, 1998b).

Assim, enquanto assistimos à violência na cidade do Rio de Janeiro, com seus 51 mortos





por 100 mil habitantes, ganhar diariamente uma cobertura privilegiada da mídia e atuações espetaculares de governos e Ongs, deparamo-nos com o silêncio e a conivência frente ao massacre que se perpetua na Baixada. Entretanto, não se trata aqui de exclusão, pelo contrário, só se compreende o ocultamento da violência na Baixada quando se percebe sua relação com a visibilidade do Rio de Janeiro. Isto numa perspectiva histórica e política da análise, que evidencie como ao longo do tempo foram construídos mecanismos eficientes de controle sobre este quarto mercado consumidor do país³, onde se concentram quase 25% do eleitorado do estado⁴.

Saque, cassações e extermínio

A explosão dos loteamentos, clandestinos ou não, que fizeram a população da Baixada duplicar e, em algumas regiões, triplicar a cada década a partir dos anos 50, acumulará um conjunto de contradições econômicas e políticas que conhecerá a sua fase mais aguda no final dos anos 50 e início dos 60, a exemplo do que ocorria no país. Por um lado, os despejos de lavradores atingidos pela ambição desenfreada dos grileiros possibilitariam o surgimento de um forte movimento camponês, cuja resistência, armada em alguns casos, revelou a covardia e o conservadorismo dos grupos dominantes, impondo-lhes inúmeras derrotas⁵. Por outro lado, o grande saque de 5 de julho de 1962 (com seus 42 mortos,

700 feridos e 2 mil estabelecimentos comerciais atingidos) colocava em dúvida a capacidade de controle da massa urbana da Baixada a partir dos esquemas de dominação até ali construídos (Torres; Menezes, 1987). A recusa do governador do Estado do Rio de Janeiro, Carvalho Janotti, em fornecer policiais para que a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias os equipasse, construiu instalações e pagasse seus salários não impediria que as estruturas pára-oficiais de segurança ganhassem dimensões cada vez maiores na região, diante da possibilidade de o freguês tornar-se saqueador.

O Golpe Militar de 1964 encarregou-se de dar uma resposta mais do que suficiente para os problemas dos grupos políticos dominantes da Baixada. Os mais sólidos empreendedores políticos, com sua alquimia entre populismo, clientelismo, coronelismo e violência, tais como Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti, conheceram a cassação da primeira hora. Os refugiados no MDB, enquanto prefeitos, sofreram processos sumários de cassação organizados pelos comandantes da vila militar. Os demais mandatos eletivos sentiram o impacto da reconfiguração das estruturas de poder político na região, onde, em pouco tempo, passaram a predominar os alinhados com os militares, abrigados na Arena. Entre os exemplos desse rearranjo do mapa político, o município de Nova Iguaçu, entre 1963 e 1969, seis anos portanto, teve 8 prefeitos, entre eleitos, presidentes de Câmaras ocupando



cargos vacantes e interventores. Nilópolis conheceu a mistura entre clã político, jogo-do-bicho e carnaval. E Duque de Caxias será definida como Área de Segurança Nacional, por causa da Reduc e da Rodovia interestadual Washington Luís, perdendo o direito de eleger o prefeito, que passará a ser nomeado pela ditadura, até 1985.

Percebendo, porém, a importância nacional da Baixada, onde Nova Iguaçu era a oitava cidade brasileira em população, e a originalidade da conjuntura sociopolítica e econômica local, a ditadura militar deu apoio à montagem de um dos mais poderosos esquemas de execuções sumárias da história do país. A partir da criação da Polícia Militar, em 1967, na condição de força auxiliar no processo de repressão e patrulhamento preventivo, iniciou-se a escalada dos grupos de extermínio. A participação direta e, posteriormente, indireta de policiais nestes grupos, o financiamento por parte de comerciantes e empresários locais e o respaldo por parte dos grupos políticos locais forneceram as condições adequadas para o funcionamento deste aparato criminoso.

Os poucos casos de homicídios transformados em processos, na época, já permitiam entender a lógica dessas execuções. Conforme constatou o promotor José Pires Rodrigues, o envolvimento direto de policiais nas execuções estava associado à prestação de serviços para comerciantes e grupos locais que pagavam por isso. Uma milícia calcada no uso privado do aparato da Justiça era mantida

pelos recursos públicos do estado. Esta perversão da política pública de segurança revelava também, para o promotor, os limites da sua ação, quando, em vários processos jamais conseguiu apurações nem condenações, sobretudo devido à falta de testemunhas para os casos, visto que o aparato policial que devia dar garantias a essas testemunhas era o que estava no banco dos réus.

Os anos 80, com o surgimento do “Mão Branca”⁶, trouxeram consigo uma inovação no funcionamento desse aparato de execuções sumárias. Sofrendo com a maior exposição e cobrança da mídia, numa conjuntura de abertura política, os grupos de extermínio iniciaram um processo de autonomização frente ao aparelho policial. Progressivamente, policiais militares e civis se transformaram em agenciadores dos serviços desses grupos. Continuaram envolvidos, mas, agora, num mercado mais competitivo, no qual vários outros grupos atuavam. Frente a essa escalada, que já se pronunciava no final da década de 1970, destaca-se a atuação de D. Adriano Hypólito, Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, que recusou o silêncio, mesmo tendo sido seqüestrado, despido e abandonado, pintado de vermelho. Além de ter o carro explodido na frente da CNBB, em 1976, D. Adriano, juntamente com o detetive Ayres, revelaria uma testemunha chave, ex-amante de um dos principais policiais envolvidos com o extermínio na região, favorecendo o início da atuação do primeiro governo de Leonel Brizola (1983-



1986) na área de segurança, sobretudo com a criação da comissão especial para apurar os crimes atribuídos a grupos de extermínio na Baixada.

Os resultados das políticas públicas na área de segurança, nessa década de 1980, porém, serviram mais para demonstrar a força do esquema de execuções montado do que para impor-lhe limites. O fracasso, nesse aspecto, do primeiro governo Brizola seria, porém, facilmente esquecido frente à liberação da atuação dos grupos de extermínio ao longo do governo Moreira Franco, sobretudo no seu último ano, 1989, quando a Baixada conheceria seu mais alto índice de homicídios: 95,55 mortos por 100 mil habitantes (Alves, 1998a, p.127).

Segurança Pública: trajetórias pessoais mais que projetos políticos

O combate aos grupos de extermínio e a luta contra os assassinatos na Baixada tiveram, nos anos 1990, um diferencial. Ele será dado não pela política da área de segurança, em si mesma, mas pelo impacto que nela causou a atuação de duas pessoas, revelando, por um lado, um incomparável esforço pessoal e, por outro, os limites das políticas desta área, dependentes de conjunturas individuais e espontâneas, verdadeiras brechas no sistema, que possibilitariam desvelar um pouco esta estrutura de assassinatos. A atuação de Tânia Maria

Salles Moreira, como promotora pública, na Comarca de Duque de Caxias desconstruiu a rede que, a partir do próprio Fórum de Justiça da cidade, coordenava as execuções. O caso de *Pedro Capeta*, eleito, na época, suplente de vereador, pelo PTB, revelou-se exemplar. Preso numa tentativa de assassinato, era assíduo freqüentador do Fórum e possuía uma carteira de oficial de justiça *ad hoc* dada pelo então juiz. A arma com ele encontrada tinha sido entregue pelo próprio juiz, após ter sido apreendida em um outro crime (Moreira, 1996, p.102-103 e 111-114)⁷. Assim, um dos mais famosos matadores da época agia com arma e carteira fornecidas pelo juiz, que represava processos de homicídios, por anos, em suas gavetas, para arquivá-los em seguida, alegando ausência de tempo para operacionalizá-los. Desnecessário dizer que *Pedro Capeta* foi absolvido no processo, por falta de testemunhas.

Já Hélio Luz, convidado em 1991 pelo Secretário de Segurança Nilo Batista, no segundo governo de Leonel Brizola, para ser o Delegado do Departamento Geral de Polícia da Baixada, impôs a condição de ter poder sobre a nomeação dos demais delegados da região, conseguindo mudar 16 deles. Não se sustentou no ano seguinte, ano eleitoral, deixando aquele departamento. Os resultados da sua atuação, porém, foram significativos, com redução expressiva das taxas de homicídios na Baixada, passando de 93,95/100 mil hab., em 1990 para 78,03, em 1991 e 69,95, em 1992. O mesmo se deu quando assumiu a

chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, reduzindo de 82,03/100 mil hab., em 1995, para 69,36, em 1996, os assassinatos, na região (Alves, 1998, p.127). Para Hélio Luz, a redução dos homicídios estava diretamente associada à sua capacidade de interferir na nomeação de delegados, destituindo os vinculados ao esquema de execuções, que, por sua vez, agiam associados ao poder político local, responsável pela indicação das suas nomeações e sustentação no cargo. Isso explica por que, sempre em anos de eleições municipais, a permanência de Hélio Luz à frente do cargo que ocupava se tornava insustentável⁸.

Quando os matadores chegam ao poder

Tânia Maria Salles Moreira e Hélio Luz demonstraram a profundidade com que o esquema de execuções sumárias e os grupos de extermínio percolam o aparelho judiciário, que, por sua vez, acopla-se às estruturas do poder local. Ambos obtiveram resultados até o momento insuperáveis no combate a esse esquema, mas deixam também o legado do limite frente a ele. Isso explica que, com a chegada dos matadores à chefia do poder executivo municipal, também nos anos 90, pessoas como Tânia e Hélio tenham simplesmente desaparecido da Baixada.

A eleição de dois dos mais destacados representantes dos grupos de extermínio da Baixada para a prefeitura de duas das mais

populosas cidades da região, que, juntas, somam quase um milhão de eleitores, confere aos anos 90 o amargo gosto da derrota. A não citação dos nomes, por motivos óbvios, permite avançar na análise dessa nova conjuntura e perceber suas implicações. Ambos darão sustentação a blocos de poder que estão muito além da esfera local, reeditando a tradicional aliança, que povoa nossa história, entre os notáveis representantes da classe dominante nacional e os criminosos.

O primeiro, acusado, em várias denúncias, de roubo e vendas de cargas para os comerciantes que contratavam o serviço do seu grupo de extermínio, elegeu-se, nos anos 80, vereador e, na década seguinte, prefeito, com mais de 60% dos votos. Por trás da popularidade, o velho binômio clientelismo-violência, expresso na distribuição de alimentos numa das regiões mais pobres do país e o uso do seu grupo de extermínio na intimidação eleitoral e na corrupção do processo de apuração eleitoral. Processado, jamais foi condenado... Ausência de testemunhas. Quando organizava sua participação no mapa político eleitoral das eleições municipais que se aproximavam, acabou assassinado, quando, então, a polícia concluiu como tentativa de roubo. Um parente diretamente ligado a ele se elegeu para ocupar a prefeitura. Seu lema de campanha foi apenas a vinculação ao defunto. Ao longo da sua administração, remanescentes do grupo de extermínio do qual fazia parte o falecido ampliarão seu poder dentro da esfera pública. Qualquer forma de manifestação de desagrado à atuação da



prefeitura, como uma manifestação dos professores, ao desfilar vestidos de luto, no final da parada estudantil de 7 de setembro, foi tratada pelos truculentos capangas desses matadores, agora autoridades públicas, com agressões e armas em riste.

O segundo implementou outra estratégia. Eleito vereador com base na “limpeza” que realizou no bairro onde morava, executando não só os possíveis ladrões e bandidos como qualquer um que o contestasse, assumiu a presidência da Câmara Municipal. Tendo acesso às máquinas da prefeitura, em troca do apoio e sustentação dados ao prefeito, ampliou sua já notória rede de clientelismo, realizando, agora, obras públicas de impacto coletivo. Arrolado como réu em um processo de homicídio doloso e após ter sido preso duas vezes pelo Ministério Público, elegeu-se deputado estadual, ganhando imunidade parlamentar por quatro anos, neste absurdo da legislação brasileira que a garantia também para crimes comuns. Presidente do diretório local do seu partido, elegeu-se prefeito e se reelegeu. Ao longo da sua administração, os significativos recursos do orçamento municipal foram empregados em extensas obras de maquiagem em alguns bairros populares, o que inclui asfaltamento, construção de praças, pintura com as cores do seu partido dos meios-fios, calçadas, praças, postes, viadutos, escolas municipais, muros de contenção, abrigos de ônibus, semáforos etc.. Seu logotipo e lema foram impressos em placas de obras, material escolar, uniformes, abrigos de ônibus numa poderosa campanha publicitária com

verbas públicas. Sua última investida no setor com recursos públicos veio por uma pesquisa de opinião veiculada por uma revista de caráter nacional, na qual sua popularidade é elevada a um patamar jamais visto na nossa história republicana. Recentemente, denúncias levadas à comissão que apura a violência no estado, da Alerj (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), foram veiculadas apenas em um pequeno jornal, revelando o controle exercido sobre a grande mídia. Enquanto isso, 25 mil crianças, no mínimo, segundo o Sindicato Estadual de Profissionais da Educação, devido à carência de professores na cidade, permaneceram fora da rede escolar. A cidade chegou no topo do *ranking* mundial de incidência de casos de hanseníase (lepra). Surtos de meningite, leptospirose e dengue prosseguem inalterados. O número de homicídios aumenta, colocando a cidade entre as mais violentas do país. O nível de poluição e de degradação do meio ambiente atinge graus ainda maiores, contaminando populações abandonadas à própria sorte frente à publicidade de uma nova cidade que surge a partir da criação de novas indústrias, sem fiscalização adequada pelos órgãos públicos.

O aparato político e estatal da violência

A riqueza da discussão sobre a violência na Baixada, nos limites aqui apresentados, demonstra o quanto os aparelhos do Judiciário, Legislativo e Executivo foram permeados



pelas estruturas de poder local calcadas nas execuções sumárias, com seus beneficiados e dividendos eleitorais. Entende-se por que alguém em cargo de confiança do governo, na área de segurança, não consegue mantê-lo ao fazer denúncias contra a “banda podre” da polícia, em ano eleitoral, pois, vereadores, deputados e prefeitos de um dos maiores colégios eleitorais do país estabeleceram sua base de sustentação em cima de grupos de extermínio e policiais vinculados a eles. Matadores presos precisam ser soltos em anos eleitorais para fazerem serviços para candidatos que precisam solucionar problemas dos que lhes dão sustentação financeira em campanhas, e que são, portanto, seus melhores cabos-eleitorais. Delegados indicados por esses políticos precisam ser mantidos juntamente com policiais que dão cobertura a todo o esquema que vai da fraude, desaparecimento, controle e adulteração de processos à eliminação de testemunhas. Governadores precisam de deputados estaduais para aprovação de leis, sobretudo a orçamentária, e a respectiva aprovação de contas. Precisam também de prefeitos que, com o seu apoio, mantêm pelo clientelismo e pelo medo uma base eleitoral cativa. Deputados, que, por sua vez, ou estão diretamente vinculados ao aparato de execuções e crimes ou dele se beneficiam indiretamente, triangulam relações entre os executivos municipais e estaduais, fortalecendo e ampliando sua base de atuação política e eleitoral.

Esta profunda raiz política da violência, oculta em todos os planos de segurança, é a maior

beneficiada, quando se restringe a questão da democracia e dos direitos humanos à implementação de recursos para a atuação do aparato policial, transformado em área estratégica para qualquer política pública de segurança.

Tornam-se inócuas, portanto, inúmeras campanhas e manifestações contra a violência, que se esgotam em catarses coletivas subjetivas e emocionais, que não evidenciam, em nenhum momento, as reais dimensões e implicações da luta nesta esfera.

É necessário reconhecer que a entrada dos grupos de traficantes, esquadrihando toda a Baixada e rearranjando as formas do poder local, ampliam a mortalidade dos grupos envolvidos em disputas e acertos, somando-se à estrutura de execuções já consolidada. Suas relações com o aparelho policial e, por conseguinte, com a face do Estado, na área de segurança, desabona qualquer visão dos traficantes como construtores de um Para-Estado ou poder paralelo. Integrados, recobrem com mais uma instância de fragmentação e de submissão a população empobrecida e entregue à luta cotidiana. Uma população que, malgrado este cenário, formula inúmeras respostas e alternativas. Estabelece comportamentos de resistência que vão da solidariedade pessoal e familiar à participação em diferentes grupos, com destaque para os religiosos. Nesse caso, diferentes igrejas e espaços religiosos não estão isentos da disputa por parte dos grupos dominantes já estabelecidos no poder local à procura da legitimidade que o campo político não mais confere.



A análise até aqui conduzida tem como finalidade estabelecer um pano de fundo histórico e estrutural das relações políticas e sociais inscritas na região analisada. Sua extensão, no corpo deste artigo, permite avançar sobre aspectos pouco observados dentro das discussões sobre a questão da violência atual, que atinge tanto a capital do estado como a Baixada Fluminense. Possibilita, também, uma compreensão mais detalhada do universo em que o campo religioso, a seguir apresentado, desenvolve suas relações e dinâmicas.

Campo religioso: mudanças e debate

O campo religioso na Baixada vem sofrendo alterações significativas nos últimos anos. Na década de 1970, a Igreja Católica⁹ consolidou um modelo de igreja calcado nas pastorais populares e nas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs)¹⁰ que se contrapôs ao regime militar e à atuação dos grupos de extermínio, com o apoio e organização de importantes movimentos sociais que possibilitaram a participação popular nas lutas dos bairros, nos sindicatos e na política partidária (Lesbaupin, 1999 e Alves, 1991 e 1998). Ao longo dos anos 80, entretanto, inúmeros fatores, entre eles as mudanças no campo político a partir da democratização pós-ditadura (Mainwaring, 1986), a restauração conservadora do Vaticano, no pontificado de João Paulo II, combinada com a crise econômica e seus impac-

tos sobre a mobilização das lutas populares (Vásquez, 1997), as contradições internas da estrutura de poder da Igreja Católica (Alves, 1991) e a concorrência dentro do campo religioso (Burdick, 1993) contribuíram para a crise, a diminuição do crescimento e, em alguns casos, o refluxo desde modelo de igreja. Na Diocese de Nova Iguaçu, a saída de D. Adriano Hypólito, que, desde 1966, organizava o projeto de igreja com base nas Cebs e pastorais populares, sua substituição por D. Werner Siebenbrock, em 1994, e sua morte, em 1996, significaram uma radical mudança em termos pastorais e políticos¹¹.

Ao longo desse período, mas com maior visibilidade nos anos 90, sobretudo com a emergência dos grupos pentecostais e neopentecostais (destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus), as igrejas evangélicas promoveram uma verdadeira reincorporação religiosa, numa escalada sem precedentes, com a construção de cinco igrejas por semana na região (Fernandes, 1992). Justificada como uma resposta católica, a Renovação Carismática Católica (RCC) ganhará progressivamente espaço na Baixada. Nessa disputa, o recurso à mídia televisiva e fonográfica se tornará estratégico, num verdadeiro marketing religioso de bens para o mercado de massa dos fiéis. Carismáticos e pentecostais evangélicos na Baixada tornam-se, portanto, parte de uma disputa universalizada pela mídia, desenvolvendo dimensões desconhecidas para o campo religi-



oso local, sobretudo para a Igreja Católica que se organizava a partir das Cebcs.

Várias abordagens têm sido produzidas a respeito da relação entre Cebcs e RCC. Numa perspectiva, a dimensão festiva, louvacionista, individualista e mágica do RCC corresponderia de forma mais adequada ao modelo de globalização orientado por uma política neoliberal de desregulamentação, fragmentação, precarização, despolitização e mercantilização das relações sociais. Para outros, a RCC significaria um duplo movimento conservador, como resposta à politização das Cebcs e como concorrente do pentecostalismo evangélico, adotando-o e acrescentando-lhe uma identidade católica, por meio do culto a Maria, fidelidade ao Papa e frequência aos sacramentos (Prandi; Souza, 1996).

Carismáticos e pentecostais são analisados nas suas ações privadas e cotidianas, buscando-se entender a racionalidade e a dimensão moral do seu comportamento. Em comum, a busca da santificação, o ideal de igualdade espiritual entre homens e mulheres, a idéia de responsabilidade individual pela salvação de si e da família, o misticismo, o emocionalismo, o falar em línguas¹², a valorização da Bíblia, a condenação das práticas sexuais fora do casamento e do homossexualismo (Machado, 1994). Nesse aspecto, num contexto de anomia e fragmentação social, esses elementos estariam contribuindo para se criar formas comunitárias que promoveriam o enraizamento e a orientação, fundamentais

para a manutenção de condutas e relações indispensáveis à segurança social. Isso para alguns, possibilitaria um “pacto pastoral” e um movimento de encontro mútuo entre RCC e Cebcs, a partir da partilha e troca de valores (Boff et.al., 1997, p.296-99).

Recentemente, o debate sobre as Cebcs foi retomado em torno de avaliações sobre a atual conjuntura e das propostas para a superação dos problemas. Afirmando que elas “já eram”, um dos pioneiros dos estudos sobre as Cebcs iniciaria o debate num tom de desabafo (Marins, 1999). Elas estariam deixando de ser um projeto da instituição católica, sobrevivendo apenas em lugares onde a força de um sacerdote ou religiosa as mantivesse. Tendo o seu nome suprimido dos documentos papais mais recentes ou sendo diluídas ao serem substituídas nos textos pelos termos “comunidades”, “pequenas comunidades” ou “comunidades menores”, as Cebcs estariam sofrendo por não terem um estatuto jurídico aprovado, nem secretariado internacional. A atual tendência pastoral, por sua vez, estaria numa linha diferente daquela das Cebcs. Privilegia a convocação de multidões e reafirma o protagonismo dos ministros ordenados, bispos e sacerdotes; alimenta o revanchismo contra as igrejas pentecostais; gosta da mídia, concentrando tudo no evento, sem trabalhar o processo; desenvolve uma religião alegre e celebrativa, sem compromissos estruturais sistemáticos; de cunho carismático e juvenil, privilegia o espiritual, o massivo, os milagres, a



grande assembleia, o maravilhoso, o emocional, que dá a adesão anônima ao invés do social, do comunitário, do ordinário, do grupo, da cruz e do racional. Por sua vez, opções que tinham animado o processo latino-americano - pobres, Cebbs, visão continental - são substituídos pelo local e administrativo. A opção pelos pobres, ela recebe um sentido genérico, sendo traduzida por assistencialismo. Ainda segundo o autor, as Cebbs não fizeram uma autocrítica adequada; continuam com a linguagem social e estratégica das esquerdas políticas das décadas de 1970 e 1980, sobretudo no aspecto do vanguardismo; não dispõem de assessores com elasticidade suficiente diante das novas tendências pastorais; identificam-se exclusivamente com os pobres, reduzindo a Igreja a uma mera categoria social; estabelecem pouca relação com a religiosidade popular; os aspectos comunitário, social e imediato funcionam em detrimento, respectivamente, do pessoal, do eclesial e do escatológico; trabalham pouco os modelos diversificados de Cebbs, por exemplo, um urbano, um de classe média etc.. A saída urgente, frente a este quadro, seria o de dar às Cebbs um “estatuto jurídico” para que não continuassem dependendo da boa ou má disposição das autoridades paroquiais ou diocesanas.

As respostas a esta visão vieram logo a seguir. Para Clodovis Boff, importante teólogo da libertação, a diluição das Cebbs dentro da Igreja, naquilo que seria sua dupla originalidade, a de democratizar as relações internas da instituição e o compromisso de transfor-

mar as estruturas sociais, seria algo positivo. Onde se perde em visibilidade se ganha na efetividade. Permanecendo enquanto comunidades minoritárias e proféticas, não seriam engolidas pelas estruturas paroquiais nem engoliriam as estruturas da Igreja, numa espécie de “cebização” das paróquias. Propostas de uma “organização” mais definida para as Cebbs, como a criação de uma associação nacional autônoma dos animadores de Cebbs, dar-lhes um estatuto jurídico, criar uma escola de pastoral das Cebbs, ou fazer com que sejam “escolas de militância” e “escolas de oração” correm o risco de transformá-las num “movimento à parte”, numa “rede de comunidades” paralela ao organismo maior da Igreja Católica, deixando de ser “células eclesiais” renovadoras e recriadoras do tecido comunitário e comprometido da Igreja. Nessa direção seguem também as críticas de quem percebe que as análises que privilegiam a estrutura de poder e de autoridade da Igreja e não a vida eclesial concreta perdem a dinâmica das práticas, nas quais o apoio institucional e oficial podem tanto incentivar como asfixiar. Usando dos mesmos mecanismos que pretendem superar, as Cebbs correriam o risco de achar que as transformações da sociedade são feitas de cima para baixo, e não dentro dela, num processo de mutações sociais. Nascidas num contexto de reação ao integrismo eclesial, a diversidade e o pluralismo das suas práticas conduziram as Cebbs das lutas populares dos anos 70 para os temas de gênero, da subjetividade, da raça, do corpo e do prazer, e da eco-



logia; bem como aos empreendimentos comunitários direcionados para uma nova economia solidária, com práticas novas de produção, de convivência, de compromisso e de luta. A disputa de hegemonia com outros movimentos como a RCC ou os pentecostais evangélicos levaria à velha intolerância e fórmula única, sem perceber o papel decisivo das Cebts nos anos futuros como espaços de fé e transformação da sociedade (Gómez de Souza, 1999).

Todo esse debate sobre as Cebts suscita importantes questões para se pensar a Baixada Fluminense, tendo em vista o processo de globalização que nela se desenrola. Incorporadas à estrutura eclesial, mesmo sofrendo com as alterações produzidas pela mudanças na hierarquia e pelo crescimento da RCC, as Cebts permanecem engajadas na crítica e no envolvimento político e social que buscam superar as inúmeras e brutais contradições vivenciadas pela maioria da população. Cursos de formação, debates, caminhadas pela paz, pela saúde e pela criança, santas missões populares, romarias, círculos bíblicos, grupos de espiritualidade e grupos de rua permanecem existindo e aprofundando a reflexão em torno de uma realidade cada vez mais complexa, com base em uma cultura popular que se altera diante do impacto da mídia globalizada do mercado. Esta é a Igreja de Cebts que, no caso da Baixada, tem seu exemplo mais acabado na comunidade Nossa Senhora dos Mártires da Baixada, na Paróquia de São Simão, da Diocese de Nova Iguaçu.

Há doze anos, uma família inteira foi assassinada no bairro de Jardim Amapá. Um pequeno comerciante, sua mulher grávida e suas três filhas, a mais velha com 9 anos, foram executados a pancadas e golpes de objeto contundente. Além disto, os animais de estimação e as plantas da casa também foram mortos. Dias depois, a comunidade católica do lugar, juntamente com outras igrejas, promoveriam um ato ecumênico pela paz e em defesa da vida. Um ano depois, a comunidade católica compraria a casa para transformá-la no seu local de encontro e celebrações. Como símbolo, a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, tendo aos seus pés as fotos das três meninas assassinadas. Assim, apesar de nenhuma investigação ter sido feita e qualquer acusado identificado, como ocorre com 92% dos casos de homicídios na região (Moreira, 1998), uma comunidade constrói sua identidade a partir de uma dimensão religiosa que celebra a vida, mesmo diante da força da morte, da impunidade e da injustiça.

Apesar da sua resistência e difusão, as Cebts enfrentam antigas e novas questões, numa conjuntura cada vez mais complexa. Qual seria o grau de dependência que teriam do apoio hierárquico e de agentes religiosos para a sua continuidade? No estágio a que chegou o seu confronto com a RCC, inclusive na disputa de espaços dentro da estrutura eclesiástica, seria possível pensar numa convivência e mútua participação entre Cebts e RCC? Na busca de uma espiritualidade deixada em segundo pla-



no pela racionalização política, as Cebs voltar-se-iam para uma dimensão mais intimista e subjetiva, semelhante à carismática? A retomada do poder pelo clero, com a conseqüente fragilização da participação do leigo, estaria bloqueando uma das principais dimensões das Cebs?

Quanto à atuação social e política, de que forma seriam superados os limites do envolvimento político partidário das Cebs? Seu projeto calcado em movimentos sociais e na militância quase exclusiva no Partido dos Trabalhadores (PT), ao longo dos últimos 20 anos, revelaram dois grandes problemas. De um lado, a fragilidade eleitoral dos seus candidatos: poucos eleitos que raramente se reelegem; dependência de coligações e alianças; dificuldades na indicação e campanha dentro das comunidades. De outro, os resultados concretos da atuação partidária: o efeito das alianças sobre a fidelidade aos projetos de mudança social; os conflitos internos do PT e os escândalos envolvendo seus dirigentes; a polêmica participação no governo estadual de Anthony Garotinho (1999-2002), com a vice-governadoria, que culminou na crise que levou ao rompimento com o governo estadual; a disputa, muitas vezes desonesta, por cargos e indicações pelos membros do PT; e a frágil atuação dos vereadores da região diante do poder dos prefeitos sobre os demais parlamentares. É verdade que, nessa trajetória, muito se tem aprendido no que se refere às relações com a política e ao exercício do poder. Porém, cresce a visão da inutilidade e

impotência desta esfera na transformação que se quer operar na sociedade, apostando-se mais nos movimentos sociais e na formação de redes sociais que se estruturam por fora das esfera política, tentando controlá-la.

Enquanto isto, no lado pentecostal e evangélico, fica cada vez mais visível a relação entre candidatos políticos e as igrejas. Vinculações confessionais transformam-se em votos arregimentados por pastores e obreiros, convertendo comunidades em agências de serviços sociais para os seus membros. A recomposição de laços sociais mínimos, sobretudo da família, na busca de um referencial de sobrevivência e estabilidade diante da crise, pode ser também incluída num espaço de clientelismo, de apropriação privada do bem público, de troca de favores entre comunidade e políticos.

O que se quer apontar é que, para além de uma visão simplista, motivada pelo zelo pastoral que visa à unidade eclesial ou pela vaga acadêmica que em nome do gênero, da etnia ou da faixa etária decompõe as “totalidades”, não se deve analisar a reconfiguração do campo religioso unicamente pelo prisma da contaminação e quebra de fronteiras entre Cebs, RCC e pentecostais; cabendo a uns a incorporação da mística pneumática, entusiasmática e louvacionista, e a outros, a percepção das questões sociais e dos pobres como determinantes para a prática da fé.

Cebs, RCC e pentecostais desenvolveram formas específicas de relação com o campo



político onde estão inseridos que merecem avaliações mais consistentes. Práticas políticas que sofreram modificações, juntamente com a conjuntura política que se vem desenrolando nos âmbitos local, regional e nacional e que, por sua vez, também recebem pouca atenção. Discursos genéricos ou localizados, carentes de substratos históricos mais densos e mais amplos, desembocam facilmente em generalizações de particularismos ou no ocultamento de possibilidades, limitando o debate mais rico e complexo.

Violência e religião: mútua revelação

A análise da relação do campo religioso com a estrutura de poder existente numa determinada realidade socioespacial, adotando uma concepção que leva em conta a construção histórica desta realidade, permite contribuições em duas grandes áreas.

Num primeiro aspecto, possibilita a análise do campo religioso, tanto na relação dos diferentes grupos e agentes religiosos entre si, naquilo que Bourdieu (1974) chama de concorrência pelos bens de salvação, dentro do mercado religioso, como a relação desses grupos com a realidade social que os cerca. Nessa formulação do que seria o campo religioso, na qual as relações inter-religiosas e religião-sociedade ganham uma dinâmica própria, a percepção da consolidação espacial desses grupos e sua formação histórica possi-

bilita uma análise mais rica e complexa do fenômeno religioso. Assim, o campo religioso passa a ser percebido como formulador de concepções culturais e práticas vinculadas à realidade histórica e social em que ele se insere, ao longo do tempo e do espaço.

Nessa perspectiva, no caso da Baixada Fluminense, os limites e as lacunas da obra de John Burdick (1993) - *Procurando Deus no Brasil. A Igreja Católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras* - tornam-se evidentes. Por ter convivido com a mesma realidade que ele estudou, no mesmo período em que lá esteve, e por continuar acompanhando de perto essa região, posso apresentar uma outra interpretação.

O primeiro eixo do trabalho de Burdick é o que o autor denomina de *paradoxo numérico*. Como explicar o número reduzido de pessoas na Igreja Popular? Se ela se denomina popular e voltada para o povo, por que o povo procura mais o pentecostalismo evangélico? Calcado em uma pesquisa de campo de aproximadamente dois anos, convivendo diretamente com os membros das Cebes, de igrejas evangélicas e da umbanda, ele irá levantar as contradições e ambigüidades da Igreja Progressista. Para Burdick, esse modelo de igreja não apresentava respostas adequadas a demandas de grupos sociais importantes. No caso das mulheres casadas, as Cebes se fixavam apenas no espaço público, dominado pela ação masculina, reservando para elas somente o mundo da fofoca e dos mexericos.



Já os pentecostais, a partir de interpretações e práticas religiosas, favoreciam a superação dos problemas por elas enfrentadas, sobretudo o machismo e a violência doméstica. Para os jovens solteiros, o pentecostalismo possibilitava uma ruptura com a tradição familiar e social, permitindo a superação dos conflitos familiares e a autonomia. As Cebs, por sua vez, não valorizavam essas questões e, até mesmo, reforçavam as relações familiares de subordinação dos jovens. Já os negros não encontravam nas Cebs uma prática que lhes permitisse lutar efetivamente contra o racismo. A prática dos pentecostais e da umbanda, a partir de rituais de inversão e de possessão espiritual, permitem a valorização do negro e uma forte dimensão anti-racista. No segundo eixo, Burdick analisa o *paradoxo político*. O que explica a fraca participação política dos membros das Cebs? Autoritarismo, hierarquização, discriminação dos que não são das Cebs, vanguardismo, incapacidade para aglutinar pessoas, preconceito contra outros grupos religiosos e diferentes interpretações do conceito de libertação são alguns dos pontos apresentados pelo autor.

Não nego que esses problemas, uns mais outros menos, possam ter emergido dentro da pequena comunidade católica analisada por Burdick. Mas se, ao invés de comparar aquela microrrealidade com os discursos oficiais e idealizados sobre as Cebs, tivesse analisado mais amplamente a realidade política, social e religiosa em que aquela comunidade estava

inserida, poderia operar uma relativização mais adequada, a exemplo do que fez, na mesma obra, com os evangélicos pentecostais.

No período em que Burdick fez seu campo (1987-1988), a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti tinha apenas seis anos de existência. Duque de Caxias pertencia à Diocese de Petrópolis, onde um dos bispos mais conservadores do país, D. Manuel Cintra, dedicava-se muito mais à cidade imperial. Encravada na Serra de Petrópolis, a comunidade do bairro de São Jorge (nome fictício utilizado por Burdick) deve ter sofrido mais de perto os efeitos do conservadorismo e abandono da ex-diocese à qual pertenceu. Somense a isso as características do poder local lá estabelecido. Uma família, com aproximadamente dez filhos, estabeleceu-se como a mais poderosa no bairro. Entre a população, circulava a versão que havia formado sua riqueza a partir de roubos de carga na rodovia que corta a região. O pai foi assassinado. Um dos filhos era o dono de um mini-supermercado, o maior do bairro. Outro irmão tornou-se vereador e, atualmente, é deputado estadual. Seus métodos seguem a tradição política da região: clientelismo, em que as vendas fiadas e os créditos no mercado do irmão têm o seu papel, e a truculência dos seus seguranças, intimidando qualquer possível concorrente ou opositor. Tanto o comerciante quanto o vereador dessa família são católicos e, quando viram o trabalho do padre Cosme (nome também fictício), que estimulava o surgimento das



Cebs na paróquia, iniciaram, junto com novas lideranças de outras comunidades católicas, alguns deles representantes locais da UDR¹², um abaixo-assinado pedindo a remoção do referido padre daquela paróquia. O padre não foi removido, mas o clima sempre foi tenso.

A comunidade católica de São Jorge era, portanto, uma das mais problemáticas e mais intensamente atingidas pelas contradições políticas e religiosas daquela paróquia. Utilizá-la num estudo de caso significa uma opção cujas conseqüências são evidentes. A paróquia onde ela se encontrava possuía toda uma diversidade de movimentos sociais e uma conjuntura histórica e política que não foi devidamente trabalhada. O desenvolvimento econômico daquela região esteve ligado à ida para lá da Fábrica Nacional de Motores (FNM). Após uma crise, ela foi vendida para a Fiat, à qual pertencia, naquele período. A greve dos metalúrgicos da Fiat, em 1981, foi de fundamental importância para a reabertura política no país. O apoio dado pela recém-criada diocese e pela paróquia foi importante. Ao lado desta paróquia, a Paróquia do Pilar (por mim estudada em Alves, 1991) iniciava a construção das pastorais populares, o que deu origem à Pastoral Operária, à Pastoral dos Movimentos Sociais e à Pastoral da Saúde. A retomada das associações de moradores como espaços de luta e reivindicação, e não de clientelismo e barganha eleitoral, levou muitos participantes de comunidades católicas a dirigi-las. Ao contrário do que afirma Burdick,

não houve uma monopolização dessas associações pelos católicos nem bloqueio à entrada dos evangélicos, mas a valorização dessas entidades, que passaram a ser merecedoras de atenção, até mesmo por parte dos evangélicos. As passarelas construídas na Rodovia Washington Luís foram o resultado de um movimento de catequistas e estudantes da Paróquia do Pilar, diante dos inúmeros atropelamentos e mortos. A Pastoral da Saúde foi o núcleo embrionário de onde surgiu o Conselho Comunitário de Saúde, determinante na denúncia dos abusos e negligências médicas que vitimavam centenas de mulheres grávidas, provocando mortes e danos irreversíveis. Os conflitos desses movimentos e dos padres que os apoiavam com o bispo D. Manuel Cintra foram um dos fatores que influenciaram a criação da nova diocese.

Aquela região, que corresponde à área rural do município, enfrentava uma conjuntura das lutas no campo bastante decisiva. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava há 20 anos nas mãos do interventor colocado pela ditadura militar e reeleito a partir do voto dos aposentados e do clientelismo que desenvolvia. O surgimento da Pastoral Ecológica da Terra, criada na articulação entre padre Cosme e membros de outras igrejas evangélicas, notadamente a Metodista, possibilitou a organização de vários pequenos proprietários rurais e de líderes de movimentos de ocupação e de resistência aos “grileiros” em torno da retomada do sindicato, que, no final dos anos



50, fora o pioneiro nas lutas camponesas do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil¹³.

E, finalmente, a participação de vários membros da paróquia católica onde esteve Burdick foi determinante na luta pela reativação do parque industrial da Fiat. Nas manifestações de fechamento da Rodovia Washington Luís, a presença deles possibilitou a maior visibilidade do evento e a resistência frente à repressão policial.

Portanto, a não percepção desses eventos e dessa conjuntura e o fechamento da reflexão em cima de uma pequena comunidade originaram uma abordagem equivocada, que, pela ausência de uma perspectiva histórica e relacional, torna-se incapaz de apreender o verdadeiro significado da Igreja de Cebs para a Baixada Fluminense.

A concepção metodológica aqui proposta busca evitar, então, uma concepção fixa nas análises que se restringem a perceber a disputa entre os diferentes grupos religiosos, ou nas concepções e práticas desses grupos, relativas a questões culturais e sociais específicas, como as do gênero, da raça e etnia ou etária, com destaque para a relação entre jovens e adultos. Essas questões específicas precisam ser abordadas, mas garantindo-se a sua relação mais complexa com macroestruturas de poder, de dominação econômica, política e socioespacial e de subordinação cultural, garantindo assim a percepção dos mecanismos de rejeição, de aceitação, de diluição ou disfarce que serão construídos.

A microanálise de grupos religiosos específicos, com suas dinâmicas próprias dentro do campo religioso, só pode ser enriquecedora quando confrontada com a macroanálise das estruturas com as quais o campo religioso interage na elaboração de respostas próprias e na associação a projetos políticos e econômicos gerados e articulados em outras esferas presentes na sociedade. Busca-se evitar uma análise culturalista ou intimista das manifestações religiosas, comparando-as entre si, como esferas autônomas que produzem interações particulares com a realidade social a partir das disputas internas do campo religioso. Incorporar à análise do campo religioso perspectivas temporais e socioespaciais mais amplas permite uma compreensão mais complexa desse fenômeno, evitando-se simplificações e análises reducionistas. Só assim a conexão entre micro e macronível dos processos será garantida (Peterson, 1994, p.142).

Em segundo lugar, a concepção aqui adotada de poder local, no qual o poder criminoso e ilegal dos grupos de extermínio e do tráfico de drogas é percebido na sua interação com a estrutura de poder do estado, operada a partir dos aparelhos do estado, sobretudo do aparato policial, traz em si uma possibilidade de leitura que supera a dicotomização entre a esfera legal/estatal e a ilegal/criminosa, permitindo ver as linhas que costumam uma estratégia de dominação peculiar. Assim, a máquina clientelista do estado, os mecanis-

mos de distribuição de serviços, bens e credenciais socialmente reconhecidos e a corrupção do aparato policial, que se autonomiza como grupo que manipula e determina o processo de captura e condenação legal do estado, associa-se aos mecanismos de dominação particular montados pelas organizações locais do crime, envolvidas diretamente com execuções e/ou com o tráfico de drogas, enquanto grande movimentador de dinheiro e consolidador de poder local. Fugindo da dicotomia bem e mal, estado e para-estado, legal e ilegal, busca-se uma visão que permita perceber na marcha de um a contramarcha do outro. Nas imbricações complexas existentes nas ausências, no não dito, na lei do medo e do silêncio, o grande vácuo explicativo de um poder subterrâneo que a todos controla, de forma totalitária e brutal, e que se transveste de luta permanente do bem contra o mal, numa lógica explicativa circular e aprisionadora da realidade, mas que se depara com as permanentes interações cotidianas das comunidades religiosas com esses mecanismos de dominação.

Na hipótese de um “totalitarismo socialmente construído”, estabelecido pelo binômio clientelismo-violência, presente tanto na lógica dos matadores que ocupam as esferas públicas de poder, como na prática dos traficantes e seus acordos com o aparato policial, a ruptura subjetiva produzida pela conversão e vivência religiosa não se apresenta como uma questão intimista, que favorece perceber por

que evangélicos, pentecostais e carismáticos tanto se proliferam nas favelas e bairros da Baixada, tendo como contrapartida as dificuldades enfrentadas pelas Cebs. Perceber as possibilidades abertas pela prática religiosa na experiência cotidiana das pessoas e identificar as relações dessa prática com estruturas mais complexas de poder permite compreender vetores e dinâmicas religiosas e suas associações mais amplas. Favorece, igualmente, notar as microestruturas dos poderes constituídos.

Aqui vale, mais uma vez, uma discordância com a obra de Burdick (1993). A estrutura de poder político predominante na região onde ele fez seu campo apresentava vinculações diretas entre alguns grupos evangélicos e os políticos da região. Na época, dois vereadores, além do que morava em São Jorge, foram eleitos com o apoio direto de pastores. Um desses vereadores se notabilizou pela ajuda a enterros, ou com dinheiro próprio, ou pelo uso da administração pública municipal. Dois deputados estaduais dominam politicamente a região. Um já foi mencionado, pertence ao PSB, partido ao qual se filia também o candidato à Presidência da República, Anthony Garotinho, nas eleições de 2002. O outro, é deputado pelo PSDB, partido ao qual pertencem o chefe do governo federal e o prefeito Zito. No caso deste segundo, as ligações diretas com os pastores evangélicos lhes permitem inúmeros benefícios, que vão de obras de asfaltamento até apoio para festas, ônibus para eventos e empregos. No caso do primeiro, a



distribuição do Cheque Cidadão, programa criado pelo governo Garotinho para famílias carentes, que podem trocar os referidos cheques por alimentos nos supermercados, foi realizado pelas igrejas evangélicas, que, dado o seu número na região, provocaram um impacto significativo na configuração do mercado eleitoral. Tudo isto para dizer que os grupos evangélicos estão participando diretamente de estruturas locais de poder, cujas vinculações municipais, estaduais e federais apontam para os setores mais reacionários e avessos às transformações sociais. Evidente que não são todos os evangélicos e mais evidente ainda é o preço pago por Ceps que recusam esse projeto. Fácil é perceber suas dificuldades e incapacidades na esfera política. Difícil é atuar no dia-a-dia, lado a lado com matadores e coronéis, na ruptura dessa hegemônica dominação.

Em outros bairros e favelas da Baixada, o grupo de extermínio e/ou tráfico de drogas, na sua relação com as esferas de poder local (prefeito, vereadores, deputados), com os representantes dos aparelhos do Estado (diretores de postos de saúde e escolas, aparato policial etc.) e com as associações de moradores, bem como os desdobramentos nas relações com grupos e esferas supralocais estarão interferindo diretamente na configuração do comportamento dos grupos religiosos. Uma igreja pentecostal ou neopentecostal que associa diretamente o tráfico de drogas ao demônio e identifica nos seus cultos de libertação (exorcismo) esse demônio, como

originário das religiões afro-brasileiras, pode estar retroalimentando a violência do tráfico por meio do poder simbólico que busca exterminar o demônio e as religiões a ele identificadas. Contudo, numa análise mais detalhada, essa mesma igreja acolhe em seu meio um vereador diretamente ligado ao prefeito. Ele se converteu àquela igreja e agora promove melhorias para a localidade, em termos de equipamentos urbanos coletivos. Obtém também ônibus para eventos e ajuda financeira para a comunidade religiosa que o acolhe. O prefeito, seguindo a linhagem dos matadores que ascenderam ao poder, tem livre trânsito na favela ou bairro, realizando suas obras e indicando seu vereador como seu representante ali. Num acordo tácito com o tráfico, faz benfeitorias na área que, de certa forma, beneficiam o “movimento”. Óbvio que o presidente da associação de moradores local foi empossado pelos traficantes e acolhe as obras da prefeitura com toda a vontade. A polícia já tem o seu acerto com os traficantes, até porque um programa do Governo do Estado distribui alimentos, valendo-se da estrutura das igrejas evangélicas para realizar essa distribuição. Em nada ajudaria esse processo de formação de clientela, naquela localidade, um confronto generalizado com traficantes, que, por sua vez, possuem vários familiares beneficiados pelo programa do estado, ocorrendo até mesmo uma superposição de bases entre a clientela beneficiada pelo tráfico e pelo governo estadual.

Nesse cenário, o ódio ao demônio identificado no tráfico depara-se com as redes de poder local e supralocal no qual os grupos religiosos se inserem. Os inimigos, então, são outros. É o candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores, vinculado à Ceb do bairro, que critica os mecanismos de clientelismo e de manutenção da pobreza e da não participação das pessoas na implantação das políticas públicas. É a líder da associação de moradores, que discorda das obras que só beneficiam áreas específicas daquele local, em detrimento das mais carentes, mas que não interessam nem ao tráfico, nem ao estado, nem às igrejas evangélicas. É o professor da escola pública, que, com seus alunos, realiza várias atividades, propõe um plebiscito para mudar o nome da escola, que deixará de ter o nome da mãe do vereador referido e passará a se chamar João Cândido. Professor que terá de sair da escola, pois, no dia do plebiscito, o vereador e seus “capangas” entram na escola, intimidam os alunos e professores e o ameaçam pessoalmente.

Assim, emerge uma insuspeita aliança entre representantes do poder local, tráfico de drogas e igrejas evangélicas na manutenção de uma estrutura de poder local clientelista, violenta e conservadora, em que nenhum dos envolvidos assume qualquer vinculação com o outro, nem isso se pode provar, em termos formais. Mas o poder dessa aliança é tão ou mais palpável que a vinculação entre pentecostais e traficantes por meio do

ódio e da violência simbólica (às vezes real) com os quais tratam seus inimigos. Os efeitos simbólicos, discursivos, imaginários, cênicos e pictóricos encontram-se inseridos no amálgama político que consolida espaços, grupos e líderes. A expansão evangélica não estaria vinculada somente à vitória sobre os rivais, no campo religioso, com destaque para os cultos afro-brasileiros e as Ceb, mas também à sua adaptação às estruturas de poder que passam a predominar após a ditadura militar, e que por ela foram engendradas, nas terras da Baixada Fluminense.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.
- _____. *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder. O caso da paróquia do Pilar*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Política. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOFF, Clodovis et al. *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. Ceb: a que ponto estão e para onde vão. In: Clodovis Boff et al. Op. cit., p.251-305.



- _____. *O futuro das Cebs (Algumas hipóteses para discussão)*. Rio de Janeiro: mimeo., 24/10/1998.
- BURDICK, John. *Looking for God in Brazil. The progressive catholic church in urban Brazil's religious arena*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1993.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- DEJOUR, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- FERNANDES, Rubem César. *Censo Institucional Evangélico – 1992. Primeiros Comentários*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa/ISER, 1992.
- GOMÉS DE SOUZA, Luiz Alberto. *As Cebs vão bem, obrigado*, mimeo., 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.
- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira., 1999.
- KAN, Elio Masferrer. Las tendencias internas de las iglesias frente al estado mexicano. Trabalho apresentado na IX Jornadas Sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ, 21 a 24/09/1999.
- LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação. Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *As classes populares e os direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Adesão religiosa e seus efeitos na esfera privada: um estudo comparativo dos carismáticos e pentecostais no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.
- MAINWARING, Scott. “A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu – 1974-85”. In: KRISCHKE P. J. e MAINWARING, S. (Orgs.) 1986. *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 199, p.73-100.
- _____. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARINS, José. *As Cebs já eram*, mimeo. 1999.
- MOREIRA, Alberto da Silva. “A civilização do mercado: um desafio radical às igrejas”. In: MOREIRA, A. S. (Org.). *Sociedade global: cultura e religião*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Universidade São Francisco, 1998a, p.134-164.
- MOREIRA, Marcelo. “Uma solução a cada quinze mortes”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/05/98b.
- MOREIRA, Tânia Maria Salles. Projeto: Procurando Eles. Duque de Caxias: Mimeo, 1996.
- _____. *Chacinas e Falcatruas*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1999.
- ORO, Ari Pedro e STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1996.



- PETERSON, Anna. Cultural criticism and the left in Latin America. In: *Socialist Review*. Vol. 24, n.3. Durham: Duke University Press, 1994.
- PRANDI, Reginaldo e SOUZA, André Ricardo de. "A carismática despolitização da Igreja Católica". In: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil. Religião, sociedade e política*. São Paulo: FFLCH-USP/Hucitec, 1996.
- PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- RODRIGUES, Solange dos Santos. *Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- _____. "Disputas no Campo Religioso Brasileiro: Caminhos Alternativos de Conhecimento". In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: ISER, jun.1998, p.141-148.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton, SOUZA, M. Adélia A. de. e SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 .
- TEIXEIRA, Faustino L.C. et al. *Cebs, cidadania e modernidade: uma análise crítica*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- TOLEDO, José Roberto de. "1,8% das cidades concentram 51% dos homicídios". *Folha de São Paulo*, 17/10/1999.
- TORRES, R.; MENEZES, N. *Sonegação Fome Saque*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1987.
- VÁSQUEZ, Manuel A. "Structural Obstacles to Grassroots Pastoral Practice: The Case of a Base Community in Urban Brazil". In: *Sociology of Religion*, 58:1, 1997, p. 53-68.



Abstract - *This article provides an analysis of the historical background of high statistic rates of deaths, the assassins' political careers, and the changes in the religious aspect, specially in the relationships of the so-called ecclesiastic basis communities – the Catholic revival movement and the Pentecostal movement, in the area of Baixada Fluminense, lying west of Rio de Janeiro. The approach proposes methodological and theoretical conceptions so that both macro and micro analysis can be articulated. The article's central axis consists of interpreting the relationship among religions, drug dealers, and local political power - including the State - as a configuration of a dominant model, by means of what legalization and illegalization, violence and patronization, explicitly and implicitly articulate themselves in an original way from certain historical constructions. The link between the religious groups and this outline will also influence the feature of the religious aspect, mostly in the expansion or in the difficulties of each religion or religious group.*

Keywords: *Baixada Fluminense (Rio de Janeiro, Brazil); violence, religion.*

Resumen - *El ensayo examina las raíces históricas de las elevadas estadísticas de muertes, la trayectoria política de los asesinos y los cambios en el campo religioso, y sobre todo las relaciones entre las llamadas comunidades eclesiales de base, el movimiento de renovación católica y el pentecostalismo, en la región de planicie situada hacia oeste de la ciudad de Río de Janeiro, llamada Baixada Fluminense. Se plantean conceptos teóricos y metodológicos que enlacen microanálisis y macroanálisis. El eje de la interpretación es el enlace entre religiones, narcotraficantes y poder político local – a nivel provincial, incluso – como la configuración de un modelo de dominación política en el que la legalidad y la ilegalidad, la violencia y el clientelismo, explícito y tácito se enlazan de forma original, a partir de determinados constructos históricos. El vínculo de los grupos religiosos con este esquema de poder político dominante también influenciará la configuración del campo religioso, sobre todo en relación al desarrollo o a las dificultades de cada denominación o grupo religioso.*

Palabras-clave: *Baixada Fluminense (Rio de Janeiro – Brasil); violencia; religión.*

Notas

- ¹ O termo Baixada Fluminense realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no Estado do Rio de Janeiro, formada por um relevo de baixas planícies, muitas delas inundáveis, que se estendia do município de Itaguaí ao de Campos, no Norte do estado. Posteriormente, na década de 1970, a partir dos inúmeros casos de assassinatos ocorridos na região a oeste da cidade do Rio de Janeiro, oito municípios passaram a ser definidos por este termo, identificando mais o aspecto da violência.
- ² Dados por mim levantados na pesquisa: “Baixada Fluminense: a violência na construção do poder”, a partir dos índices de homicídios registrados pela Polícia Civil, de 1984 a 1997. Levando-se em conta que a Unicef considera que 50 homicídios por 100 mil habitantes já se caracterizaria uma guerra civil, poderíamos falar de uma guerra endêmica, sem a visibilidade, as ajudas humanitárias nem as sanções legais que uma guerra oficial possibilita.

- ³ Dado veiculado pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) ao longo de 1998 na imprensa, a fim de justificar o crescimento dos investimentos na região.
- ⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Dados a partir das eleições municipais de 1996.
- ⁵ Destaco aqui, como homenagem e exemplo de trajetória política, Josefa Paulino, viúva do líder camponês desse período, José Pureza. Tendo falecido em dezembro de 1999, sua biografia nos deixa um dos maiores legados quanto à atuação de mulheres nesse período e inspiração para o presente.
- ⁶ A expressão “Mão Branca” surge nesse período a partir das inúmeras denúncias de autorias de chacinas atribuídas a um grupo de extermínio com este nome. Na verdade, era um artifício para ocultar e promover a atuação de inúmeros grupos.
- ⁷ Sobre este e outros casos nos quais atuou a Promotora Tânia Maria S. Moreira, ver de sua autoria: *Projeto: Procurando Eles*. Duque de Caxias: mimeo., 1996. Transformado posteriormente no livro: *Chacinas e Falcatruas*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1999.
- ⁸ Entrevista com Hélio Luz realizada em 18/12/1997.
- ⁹ A Baixada possui duas dioceses. A de Nova Iguaçu, que abrange cinco municípios. Os outros dois, Duque de Caxias e São João de Meriti, que pertenciam, até 1981, à Diocese de Petrópolis, agora formam uma única diocese, cujo Bispo é D. Mauro Morelli.
- ¹⁰ Há uma vasta literatura referente às Cebes no Brasil. Cito aqui o importante esforço de levantamento e análise desse material realizado por Rodrigues (1997).
- ¹¹ No caso das duas dioceses mencionadas, há especificidades a considerar. Na região da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, muito poucas experiências com Cebes existiam antes da formação da mesma. Quanto à de Nova Iguaçu, a exemplo do que ocorre nas outras, o modelo de igreja baseado em Cebes não depende apenas do apoio do bispo para existir. As Cebes e as pastorais populares continuam exercendo as práticas pastorais, levadas adiante por padres, leigos e religiosos.
- ¹² União Democrática Ruralista. Trata-se de uma associação de proprietários rurais, muito forte na época e responsável por várias ações de assassinatos e agressões a líderes rurais envolvidos em conflitos de terra. No caso da região analisada, a associação chamava-se Arduc (Associação Rural de Duque de Caxias).
- ¹³ Trata-se do movimento camponês liderado por José Pureza e que resultou na criação da Associação dos Lavradores Fluminenses, com sede naquela região. Sobre o assunto, ver Pureza (1982).